

# **Restituição de Tributos Para O Produtor Rural Brasileiro**

# **CAPÍTULO 1 – Entendendo a restituição de tributos**

A restituição de tributos é um processo que permite ao contribuinte recuperar valores pagos a mais ao governo. Esse processo é baseado no princípio de que o governo só pode cobrar tributos nos casos previstos em lei, e quando o valor cobrado é maior do que o devido, o contribuinte tem o direito de solicitar a restituição legalmente.

Para solicitar a restituição de tributos, o produtor rural precisa apresentar uma série de documentos comprobatórios. Além disso, é necessário seguir

um procedimento específico junto ao órgão responsável pelo recolhimento do tributo.

É importante ressaltar que existem prazos para solicitação da restituição de tributos, que podem variar de acordo com o tributo em questão. Por isso, é fundamental que o produtor rural esteja atento aos prazos previstos em lei para não perder o direito à restituição.

A restituição de tributos é um direito do contribuinte e deve ser exercido de forma consciente e responsável. Para isso, é fundamental contar com o auxílio de profissionais, como especialistas tributários e advogados, que possam analisar e orientar no processo de restituição de tributos.

## **CAPÍTULO 2 – Tributos que podem ser objeto de restituição para o produtor rural**

Existem diversos tributos que podem ser objeto de restituição para o produtor rural, e que podem representar uma importante fonte de recursos para o negócio. No entanto, é fundamental compreender quais são esses tributos e as condições para solicitar a restituição. Segue abaixo exemplos de tributos:

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). No caso do ICMS, a restituição pode ser solicitada quando houver cobrança indevida ou quando o produtor rural realizar uma operação de exportação. Em ambos os casos, o produtor rural

pode ter recolhido um valor maior do que o devido, e tem o direito de solicitar a restituição.

PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o financiamento da Seguridade Social). No caso desses tributos, existem benefícios fiscais concedidos na atividade rural referentes às despesas com insumos, ou seja, pode excluir essa cobrança na compra de produtos para a produção agropecuária. A restituição pode ser solicitada quando não houver essa exclusão, permitindo o crédito.

ITR (Impostos Territorial Rural). A lei permite excluir várias áreas da propriedade para efeito de cálculo desse imposto, como por exemplo, reserva legal, área de preservação e entre muitos outros itens desconhecidos pelos produtores rurais.

Existem outras situações, como Isenção e Imunidade, para certos tipos de propriedades. A restituição pode ser solicitada quando não houve a exclusão das áreas legalmente permitidas, se o valor do imóvel foi reduzido e quando pagou imposto sendo imune ou isento.

INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) quando houver recolhimento indevido ou em valor superior ao devido

FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). Em alguns casos existe a isenção desse tributo, não sendo necessário seu recolhimento. Em algumas comercializações, como recria e engorda, e entre outras previstas em lei, possui benefícios. Se houve o recolhimento para esses casos é possível a restituição.

IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Existem produtos que não tributam esse imposto e passam despercebidos pelos produtores.

ISS (Imposto Sobre Serviços). Tem propriedade que se estende para mais de um município e muitas vezes o imposto foi recolhido para o município indevido, pois existe lei para qual deve pagar.

Vale lembrar que existem muitos outros tributos e situações que podem ser objetos de restituição para o produtor rural. Por isso, é fundamental avaliar cada um deles para investigar se houve pagamento a maior.

## **CAPÍTULO 3 – Condições para solicitar a restituição de tributos para o produtor rural**

Para solicitar a restituição de tributos para o produtor rural, é necessário atender a uma série de condições, que podem variar de acordo com o tipo de tributo e a legislação vigente. Neste capítulo, vamos explorar as principais condições para solicitar a restituição de tributos para o produtor rural.

Em primeiro lugar, é fundamental que o produtor rural tenha recolhido o tributo de forma indevida ou em valor superior ao devido. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando há erros na apuração do imposto, cobranças indevidas ou quando o



produtor rural tem direito a alguma isenção ou benefício fiscal e não se aproveitou.

Além disso, é importante que o produtor rural tenha em mãos todos os documentos comprobatórios necessários para solicitar a restituição. Esses documentos podem incluir notas fiscais, recibos, comprovantes de pagamento, entre outros.

Para dar sequência a restituição de tributos é preciso estar dentro do prazo. Em geral, o produtor rural tem um prazo de até 5 anos para solicitar a restituição de um determinado tributo.

É importante estar ciente que a restituição de tributos para o produtor rural pode estar sujeita a algumas condições específicas, como a realização

de uma vistoria técnica, por exemplo, no caso do ITR.

Outra condição importante para solicitar a restituição de tributos é a regularidade fiscal do produtor rural. Em outras palavras, o produtor rural precisa estar em dia com suas obrigações fiscais para poder solicitar a restituição de tributos. Caso haja alguma pendência, como débitos tributários em aberto, por exemplo, a solicitação de restituição pode ser negada.

As condições para solicitar a restituição de tributos podem variar ao longo do tempo. Por isso, o auxílio de profissionais experientes é indispensável.

## **CAPÍTULO 4 – Documentação necessária para solicitar a restituição de tributos**

Para solicitar a restituição de tributos, é preciso apresentar a documentação necessária que comprove o direito à restituição. Neste capítulo, vamos explorar os documentos que o produtor rural precisa apresentar para solicitar a restituição de tributos.

Um dos documentos mais importantes para solicitar a restituição de tributos é a nota fiscal. É por meio da nota fiscal que é possível comprovar a venda do produto ou aquisição de insumos e equipamentos, por exemplo. Por isso, é fundamental que o produtor rural guarde todas as

notas fiscais relacionadas à sua atividade produtiva.

Além da nota fiscal, o produtor rural também pode precisar apresentar outros documentos, como comprovantes de pagamento dos tributos (recibos), declarações de imposto de renda, entre outros. Esses documentos variam de acordo com o tipo de tributo que está sendo restituído e a legislação vigente.

Em alguns casos, também pode ser necessário apresentar laudos técnicos ou vistorias que comprovem a condição do produtor rural ou a existência de áreas de preservação permanente, por exemplo. É importante que o produtor rural esteja sempre atento às exigências específicas de

cada tipo de tributo para não deixar de apresentar a documentação necessária.

É fundamental que a documentação esteja completa e correta, pois qualquer erro ou falta de informação pode comprometer o processo de restituição. Um dos principais dados da documentação é sempre conter o CPF ou CNPJ, nome completo e data legíveis, além de outros dados importantes dependendo do tipo de restituição a solicitar.

Vale lembrar que a documentação necessária pode variar de acordo com o órgão responsável pela restituição. Por exemplo, se a restituição se refere a tributos federais, a documentação deve ser apresentada à Receita Federal. Já se a restituição se referir a tributos estaduais, a documentação

deve ser apresentada à Secretaria da Fazenda do Estado e se referir a tributos municipais, deve solicitar à Prefeitura.

## **CAPÍTULO 5 – Como fazer a solicitação de restituição de tributos**

Neste capítulo, vamos indicar alguns pontos já citados anteriormente e incluir novas observações. É importante destacar que o processo pode variar de acordo com o tipo de tributo e órgão responsável, mas de maneira geral, os passos para solicitar a restituição são os seguintes:

**Verificar se há direito à restituição:** Antes de iniciar o processo de solicitação de restituição, é preciso verificar se há direito à restituição do tributo recolhido indevidamente ou a maior.

**Verificar o prazo para solicitação:** Como mencionado no capítulo anterior, o prazo para

solicitar a restituição de tributos é de cinco anos a contar da data do recolhimento indevido ou a maior.

Reunir a documentação necessária: O produtor rural precisa reunir a documentação necessária para comprovar o direito à restituição, como notas fiscais, comprovantes de pagamento dos tributos, declarações de imposto de renda, entre outros.

Elaborar o pedido de restituição: O pedido de restituição deve ser elaborado de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável pela restituição, seguindo o modelo adequado e incluindo todas as informações necessárias.

Protocolar o pedido: O pedido de restituição deve ser protocolado junto ao órgão responsável,



observando as formas e prazos previstos na legislação.

Acompanhar o processo: Depois de protocolado o pedido de restituição, o produtor rural deve acompanhar o processo para verificar se houve alguma exigência ou solicitação de documentos adicionais por parte do órgão responsável.

Receber a restituição: Se o pedido de restituição for deferido, o produtor rural receberá a restituição do tributo, corrigida pela taxa SELIC.

Como exemplo, imagine que um produtor rural tenha recolhido um valor de R\$10.000,00 a título de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas e equipamentos para a sua atividade. Após análise da legislação, ele percebe

que tem direito à restituição do valor, pois a sua atividade é isenta de IPI. Nesse caso, ele deve reunir a documentação necessária e elaborar o pedido de restituição, protocolando-o junto ao órgão responsável pela restituição do IPI. Após o deferimento do pedido, ele receberá a restituição do valor corrigido pela taxa SELIC.

É importante destacar que dependendo do tributo a restituir pode ser um processo burocrático e demorado.

## **CAPÍTULO 6 – Qual o prazo para o produtor rural receber a restituição?**

O prazo para o produtor rural receber a restituição de tributos pode variar de acordo com a legislação tributária de cada região e órgão responsável pela análise da petição.

Conforme as normas brasileiras, sendo o órgão competente a Receita Federal, o prazo máximo para analisar e processar os pedidos de restituição é de 360 dias, contados a partir da data de entrega do pedido. No entanto, em muitos casos, o processo de restituição pode ser concluído em prazos menores, dependendo da complexidade da

situação fiscal do produtor rural e do volume de pedidos em análise.

Para a restituição de PIS e COFINS, por exemplo, pode receber em até 60 dias, após a avaliação da Receita Federal.

Quando a restituição passar a ser estadual, ou seja, Secretaria da Fazenda, o processo de restituição será menos provável num prazo muito curto igual ao da Receita Federal.

Lembrando que independentemente do prazo para a restituição, o importante é receber o valor pago a maior, e isso é direito do produtor rural quando é comprovado e constatado em lei.

## **CAPÍTULO 7 – Restituição de tributos como forma de fortalecer o produtor rural brasileiro**

Vamos concluir a importância da restituição de tributos para o produtor rural brasileiro e como essa prática pode ajudar a fortalecer a sua atividade.

Como vimos, o recolhimento de tributos é uma obrigação imposta ao produtor rural, mas muitas vezes ele acaba recolhendo valores indevidos ou a maior por desconhecer as leis tributárias ou por falta de orientação especializada. A restituição de tributos é uma forma de corrigir esses erros e devolver ao produtor rural os valores recolhidos a mais ou indevidamente, o que pode representar

uma importante fonte de recursos para a sua atividade.

A alternativa de restituir os tributos pode ajudar a reduzir o custo de produção do produtor rural, tornando-o mais competitivo no mercado, e pode contribuir para a sua formalização e regularização junto aos órgãos governamentais.

A restituição infelizmente não é uma solução para todos os problemas enfrentados pelo produtor rural brasileiro, que ainda enfrenta diversos desafios como a falta de infraestrutura para o escoamento da produção, as alterações no clima, pragas, falta de mão-de-obra, burocracia excessiva e a concorrência desleal. No entanto, é uma forma de aliviar parte da carga tributária e permitir que o produtor rural, além de reduzir o custo de

produção, investida em sua atividade e promova o seu crescimento.

Em mais um exemplo de restituição, podemos citar um produtor rural que tenha recolhido um valor de R\$50.000,00 a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na venda de sua produção. Após análise da legislação e verificação de que ele tem direito à isenção do imposto, ele faz a solicitação de restituição do valor recolhido indevidamente. Com o valor restituído, ele pode investir em melhorias na sua propriedade, adquirir insumos de melhor qualidade e aumentar a sua produção, tornando-se mais competitivo no mercado.

Em resumo, a restituição de tributos é uma prática importante para fortalecer a atividade do produtor

rural brasileiro, permitindo que ele invista em sua produção, reduza custos e se mantenha competitivo no mercado. Por isso, é fundamental que o produtor rural busque informações e orientação especializada para garantir que seus direitos sejam respeitados e que ele possa usufruir dos benefícios da restituição de tributos.

## DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais deste ebook são de propriedade do seu criador, ou seja, Glese e Altarugio Gestão Fiscal e Tributária. Todos os direitos são reservados e protegidos pela legislação brasileira de direitos autorais (Lei nº 9.610/98).



A reprodução total ou parcial deste ebook sem autorização expressa do seu criador é proibida, podendo ser caracterizada como violação dos direitos autorais. É permitido apenas o uso pessoal e não comercial do conteúdo, sem prejuízo das limitações legais previstas na Lei de Direitos Autorais.

Qualquer reprodução ou distribuição do conteúdo deste ebook sem autorização expressa do seu criador pode ser sujeita a ações judiciais por violação dos direitos autorais.

O criador deste ebook reserva-se o direito de modificar ou atualizar o conteúdo, bem como de cessar a distribuição do material a qualquer momento, sem necessidade de aviso prévio.

Qualquer dúvida ou solicitação de autorização para uso comercial do conteúdo deste ebook deve ser encaminhada ao seu criador através dos canais de contato disponibilizados.

Acesse nosso site clicando no link abaixo:

<https://glesealtarugio.com.br/>

Fale conosco através do WhatsApp clicando no link abaixo:

[WhatsApp](#)